

ÍNDICE-SUMÁRIO

TRIBUTAÇÃO DO RENDIMENTO

CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

Decreto-Lei nº 442-A/88, de 30 de Novembro	9
Decreto-Lei nº 198/2001, de 3 de Julho	15
Lei nº 82-E/2014, de 31 de Dezembro	17
CAPÍTULO I Incidência	39
SECÇÃO I Incidência real	39
SECÇÃO II Incidência pessoal	60
CAPÍTULO II Determinação do rendimento coletável	69
SECÇÃO I Regras gerais	69
SECÇÃO II Rendimentos do trabalho	72
SECÇÃO III Rendimentos empresariais e profissionais	73
SECÇÃO IV Rendimentos de capitais	82
SECÇÃO V Rendimentos prediais	83
SECÇÃO VI Incrementos patrimoniais	84
SECÇÃO VII Pensões	89
SECÇÃO VIII Dedução de perdas	90
SECÇÃO IX Abatimentos	90
SECÇÃO X Processo de determinação do rendimento coletável	91
CAPÍTULO III Taxas	96
CAPÍTULO IV Liquidação	104
CAPÍTULO V Pagamento	120
CAPÍTULO VI Obrigações acessórias	135
CAPÍTULO VII Fiscalização	145
CAPÍTULO VIII Garantias	146
CAPÍTULO IX Disposições diversas	147

TABELA DE ATIVIDADES EXERCIDAS PELOS SUJEITOS
PASSIVOS DO IRS

Portaria nº 1011/2001, de 21 de Agosto 149

CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS
COLETIVAS

Decreto-Lei nº 442-B/88, de 30 de Novembro 153

Decreto-Lei nº 159/2009, de 13 de Julho 161

Lei nº 2/2014, de 16 de Janeiro 169

CAPÍTULO I Incidência 183

CAPÍTULO II Isenções 190

CAPÍTULO III Determinação da matéria coletável 197

SECÇÃO I Disposições gerais 197

SECÇÃO II Pessoas coletivas e outras entidades residentes
que exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial
ou agrícola 198

SUBSECÇÃO I Regras gerais 198

SUBSECÇÃO II Mensuração e perdas por imparidades
em ativos correntes 208

SUBSECÇÃO III Depreciações, amortizações e perdas
por imparidades em ativos não correntes 211

SUBSECÇÃO IV Imparidades 216

SUBSECÇÃO IV-A Provisões 216

SUBSECÇÃO V Regime de outros encargos 218

SUBSECÇÃO VI Regime das mais-valias e menos-valias realizadas 224

SUBSECÇÃO VII Instrumentos financeiros derivados 228

SUBSECÇÃO VIII Empresas de seguros 230

SUBSECÇÃO VIII-A Rendimentos de patentes e outros direitos
de propriedade industrial 230

SUBSECÇÃO IX Dedução de lucros e reservas distribuídos
e de mais e menos-valias realizadas com a transmissão onerosa
de partes sociais 232

SUBSECÇÃO X Dedução de prejuízos 237

SECÇÃO III Pessoas coletivas e outras entidades residentes que
não exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial
ou agrícola 238

SECÇÃO III-A Estabelecimentos estáveis de entidades residentes 240

SECÇÃO IV Entidades não residentes 242

SECÇÃO V Determinação do lucro tributável por métodos
indiretos 243

SECÇÃO VI Disposições comuns e diversas 244

SUBSECÇÃO I Correções para efeitos da determinação da matéria coletável	244
SUBSECÇÃO II Regime especial de tributação dos grupos de sociedades	253
SUBSECÇÃO III Transformação de sociedades	258
SUBSECÇÃO IV Regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas de partes sociais	259
SUBSECÇÃO V Liquidação de sociedades e outras entidades	268
SUBSECÇÃO VI Transferência de residência de uma sociedade para o estrangeiro e cessação de atividade de entidades não residentes	270
SUBSECÇÃO VII Realização de capital de sociedades por entrada de património de pessoa singular	273
SECÇÃO VII Regime simplificado de determinação da matéria coletável	273
CAPÍTULO IV Taxas	276
CAPÍTULO V Liquidação	280
CAPÍTULO VI Pagamento	292
SECÇÃO I Entidades que exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola	292
SECÇÃO II Entidades que não exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola	298
SECÇÃO III Disposições comuns	298
CAPÍTULO VII Obrigações acessórias e fiscalização	300
SECÇÃO I Obrigações acessórias dos sujeitos passivos	300
SECÇÃO II Outras obrigações acessórias de entidades públicas e privadas	312
SECÇÃO III Fiscalização	314
CAPÍTULO VIII Garantias dos contribuintes	315
CAPÍTULO IX Disposições finais	318

REGIME DAS DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES PARA EFEITOS DE IRC

Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro	319
---	-----

TRIBUTAÇÃO DO CONSUMO

CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO

Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Dezembro	345
CAPÍTULO I Incidência	349
CAPÍTULO II Isenções	363

SECÇÃO I Isenções nas operações internas	363
SECÇÃO II Isenções na importação	369
SECÇÃO III Isenções na exportação, operações assimiladas a exportações e transportes internacionais	370
SECÇÃO IV Outras isenções	373
CAPÍTULO III Valor tributável	375
SECÇÃO I Valor tributável nas transacções internas	375
SECÇÃO II Valor tributável na importação de bens	378
CAPÍTULO IV Taxas	379
CAPÍTULO V Liquidação e pagamento do imposto	380
SECÇÃO I Deduções	380
SECÇÃO II Pagamento do imposto	389
SECÇÃO III Outras obrigações dos contribuintes	391
SECÇÃO IV Regimes especiais	406
SUBSECÇÃO I Regime de isenção	406
SUBSECÇÃO II Regime forfetário dos produtores agrícolas	409
SUBSECÇÃO III Regime dos pequenos retalhistas	411
SUBSECÇÃO IV Regime de tributação dos combustíveis líquidos aplicável aos revendedores	415
SECÇÃO V Disposições comuns	416
CAPÍTULO VI Fiscalização e determinação oficiosa do imposto	426
CAPÍTULO VII Garantias dos sujeitos passivos	430
CAPÍTULO VIII Disposições finais	431
LISTA I Bens e serviços sujeitos a taxa reduzida	431
LISTA II Bens e serviços sujeitos a taxa intermédia	437
ANEXO A Lista das actividades de produção agrícola	438
ANEXO B Lista das prestações de serviços agrícolas	438
ANEXO C Lista dos bens a que se refere o artigo 15º, nº 4, do CIVA	438
ANEXO D Lista exemplificativa de prestações de serviços por via electrónica	440
ANEXO E Lista dos bens e serviços do sector de desperdícios, resíduos e sucatas recicláveis a que se refere a alínea i) do nº 1 do artigo 2º	440
ANEXO F Lista das actividades de produção agrícola	441
ANEXO G Lista das prestações de serviços agrícolas	441
REGIME DO IVA NAS TRANSAÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS	
Decreto-Lei nº 290/92, de 28 de Dezembro	443
CAPÍTULO I Incidência	453
CAPÍTULO II Isenções	460

CAPÍTULO III	Valor tributável	462
CAPÍTULO IV	Taxas	462
CAPÍTULO V	Liquidação e pagamento do imposto	463
SECÇÃO I	Deduções	463
SECÇÃO II	Reembolsos	463
SECÇÃO III	Pagamento do imposto	464
CAPÍTULO VI	Outras obrigações dos sujeitos passivos	465
CAPÍTULO VII	Disposições finais	470

CÓDIGO DOS IMPOSTOS ESPECIAIS DE CONSUMO

Decreto-Lei nº 73/2010, de 21 de Junho	471	
PARTE I	Parte geral	477
CAPÍTULO I	Princípios e regras gerais	477
CAPÍTULO II	Liquidação, pagamento e reembolso do imposto	484
CAPÍTULO III	Produção, transformação e armazenagem em regime de suspensão	488
CAPÍTULO IV	Circulação em regime de suspensão	494
CAPÍTULO V	Perdas e Inutilização	499
CAPÍTULO VI	Garantias	501
CAPÍTULO VII	Circulação e tributação após a introdução no consumo	504
PARTE II	Parte especial	507
CAPÍTULO I	Imposto sobre o álcool, as bebidas alcoólicas e as bebidas adicionadas de açúcar ou outros edulcorantes	507
SECÇÃO I	Álcool e bebidas alcoólicas	507
SECÇÃO II	Bebidas não alcoólicas	519
CAPÍTULO II	Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos	521
CAPÍTULO III	Imposto sobre o tabaco	535
CAPÍTULO IV	Disposições finais	547

TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÓNIO

REFORMA DA TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÓNIO

Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro	549	
CAPÍTULO I	Aprovação	550
CAPÍTULO II	Alterações legislativas	550
CAPÍTULO III	Regime transitório	550
CAPÍTULO IV	Disposições finais	562

CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS

CAPÍTULO I Incidência	568
CAPÍTULO II Isenções	572
CAPÍTULO III Matrizes prediais	573
CAPÍTULO IV Do objecto e tipos de avaliação na determinação do valor patrimonial tributário	575
CAPÍTULO V Do valor patrimonial tributário dos prédios rústicos	575
SECÇÃO I Do rendimento fundiário	575
SECÇÃO II Avaliação de base cadastral	576
SECÇÃO III Avaliação de base não cadastral	580
SECÇÃO IV Avaliação directa	581
SECÇÃO V Disposições diversas	581
CAPÍTULO VI Do valor patrimonial tributário dos prédios urbanos	582
SECÇÃO I Da iniciativa da avaliação	582
SECÇÃO II Das operações de avaliação	582
CAPÍTULO VII Dos organismos de coordenação e de avaliação	591
SECÇÃO I Da propriedade rústica	591
SUBSECÇÃO I Organismos de coordenação	591
SUBSECÇÃO II Dos peritos avaliadores	594
SECÇÃO II Da propriedade urbana	595
SECÇÃO III Disposições comuns	597
CAPÍTULO VIII Reclamações e impugnações da avaliação	598
SECÇÃO I De prédios rústicos	598
SECÇÃO II De prédios urbanos	600
SECÇÃO III Disposição comum	602
CAPÍTULO IX Organização e conservação das matrizes	602
SECÇÃO I Disposições comuns	602
SECÇÃO II Matrizes cadastrais rústicas	604
SECÇÃO III Matrizes não cadastrais rústicas	605
SECÇÃO IV Matrizes urbanas	605
SECÇÃO V Cadernetas prediais	606
SECÇÃO VI Guarda e conservação do cadastro geométrico	606
SECÇÃO VII Alterações matriciais	609
SECÇÃO VIII Renovação das matrizes	610
CAPÍTULO X Taxas	611
CAPÍTULO XI Liquidação	614
CAPÍTULO XII Pagamento	616
CAPÍTULO XIII Fiscalização	617
CAPÍTULO XIV Garantias	618
CAPÍTULO XV Adicional ao imposto municipal sobre imóveis	621

SECÇÃO I Incidência	621
SECÇÃO II Valor tributável	622
SECÇÃO III Taxa	623
SECÇÃO IV Liquidação e Pagamento	624
SECÇÃO V Disposições relativas a impostos de rendimento	625
SECÇÃO VI Outras disposições	626
CAPÍTULO XVI Disposições diversas	626

CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS

CAPÍTULO I Incidência	631
CAPÍTULO II Isenções	635
CAPÍTULO III Determinação do valor tributável	640
CAPÍTULO IV Taxas	646
CAPÍTULO V Liquidação	647
CAPÍTULO VI Cobrança	652
CAPÍTULO VII Garantias	654
CAPÍTULO VIII Fiscalização	655
CAPÍTULO IX Disposições diversas	658

CÓDIGO DO IMPOSTO DO SELO

Lei nº 150/99, de 11 de Setembro	661
CAPÍTULO I Incidência	668
CAPÍTULO II Isenções	676
CAPÍTULO III Valor tributável	679
SECÇÃO I Regras gerais	679
SECÇÃO II Nas transmissões gratuitas	680
CAPÍTULO IV Taxas	685
CAPÍTULO V Liquidação	686
SECÇÃO I Regras gerais	686
SECÇÃO II Nas transmissões gratuitas	687
SECÇÃO III Regras comuns	692
CAPÍTULO VI Pagamento	693
CAPÍTULO VII Garantias	696
CAPÍTULO VIII Obrigações acessórias e fiscalização	697
SECÇÃO I Regras gerais	697
SUBSECÇÃO I Obrigações dos sujeitos passivos	697
SUBSECÇÃO II Obrigações de entidades públicas e privadas	698
SECÇÃO II Nas transmissões gratuitas	700
CAPÍTULO IX Disposições diversas	701
Tabela Geral do Imposto do Selo	703

REFORMA DA TRIBUTAÇÃO AUTOMÓVEL Lei nº 22-A/2007, de 29 de Junho	707
CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS	
CAPÍTULO I Princípios e regras gerais	711
CAPÍTULO II Estatuto dos sujeitos passivos	719
CAPÍTULO III Introdução no consumo	721
CAPÍTULO IV Liquidação, pagamento e reembolso	726
CAPÍTULO V Regimes suspensivos	729
SECÇÃO I Admissão e importação temporária	729
SUBSECÇÃO I Regras gerais	729
SUBSECÇÃO II Regras especiais	732
SECÇÃO II Expedição e exportação	738
CAPÍTULO VI Regimes de isenção	739
SECÇÃO I Regras gerais	739
SECÇÃO II Regras especiais	742
SUBSECÇÃO I Funções de autoridade, utilidade pública e serviço de táxi	742
SUBSECÇÃO II Pessoas com deficiência	745
SUBSECÇÃO III Transferência de residência	748
SUBSECÇÃO IV Outras isenções	752
CAPÍTULO VII Disposições finais	752
CÓDIGO DO IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	
CAPÍTULO I Princípios e regras gerais	755
CAPÍTULO II Liquidação e pagamento	765
CAPÍTULO III Obrigações acessórias, fiscalização e regime contra-ordenacional	766
Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro Artigo 216º Adicional em sede de imposto único de circulação	769
BENEFÍCIOS FISCAIS	
ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS	
Decreto-Lei nº 215/89, de 1 de Julho	773
PARTE I Princípios gerais	781
PARTE II Benefícios fiscais com carácter estrutural	786
CAPÍTULO I Benefícios fiscais de natureza social	786
CAPÍTULO II Benefícios fiscais à poupança	789

CAPÍTULO III Benefícios fiscais ao sistema financeiro e mercado de capitais	790
CAPÍTULO IV Benefícios fiscais às zonas francas	804
CAPÍTULO V Benefícios fiscais relativos a relações internacionais	813
CAPÍTULO VI Benefícios fiscais à capitalização das empresas	816
CAPÍTULO VII Benefícios fiscais relativos a bens imóveis	821
CAPÍTULO VIII Outros benefícios fiscais	828
CAPÍTULO IX Benefícios fiscais à reestruturação empresarial	838
CAPÍTULO X Benefícios fiscais relativos ao mecenato	840
CAPÍTULO XI Benefícios às cooperativas	847
CAPÍTULO XII Benefícios pela exigência de fatura	849
CAPÍTULO XIII Benefício ao reinvestimento de lucros e reservas	849
PARTE III Benefícios fiscais com carácter temporário	849

CÓDIGO FISCAL DO INVESTIMENTO

Decreto-Lei nº 162/2014, de 31 de Outubro	855
CAPÍTULO I Objeto	859
CAPÍTULO II Benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo	859
SECÇÃO I Âmbito de aplicação	859
SECÇÃO II Condições de elegibilidade	860
SECÇÃO III Benefícios	863
SECÇÃO IV Procedimento	867
CAPÍTULO III Regime fiscal de apoio ao investimento	870
CAPÍTULO IV Dedução por lucros retidos e reinvestidos	875
CAPÍTULO V Sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial	878
CAPÍTULO VI Limites máximos aplicáveis aos auxílios estatais com finalidade regional	883

PROCEDIMENTO E PROCESSO TRIBUTÁRIO

CÓDIGO DE PROCEDIMENTO E DE PROCESSO TRIBUTÁRIO

Decreto-Lei nº 433/99, de 26 de Outubro	887
TÍTULO I Disposições gerais	893
CAPÍTULO I Âmbito e direito subsidiário	893
CAPÍTULO II Dos sujeitos procedimentais e processuais	894
SECÇÃO I Da personalidade e da capacidade tributárias	894
SECÇÃO II Da legitimidade	895
SECÇÃO III Da competência	896

SECCÃO IV Dos actos procedimentais e processuais	899
SUBSECCÃO I Dos prazos	899
SUBSECCÃO II Do expediente interno	901
SUBSECCÃO III Das notificações e citações	903
TÍTULO II Do procedimento tributário	908
CAPÍTULO I Disposições gerais	908
CAPÍTULO II Procedimentos prévios de informação e avaliação	911
CAPÍTULO III Do procedimento de liquidação	912
SECCÃO I Da instauração	912
SECCÃO II Da decisão	913
SECCÃO III Dos juros indemnizatórios	913
SECCÃO IV Procedimentos próprios	914
CAPÍTULO IV Do reconhecimento dos benefícios fiscais	916
CAPÍTULO V Dos recursos hierárquicos	916
CAPÍTULO VI Do procedimento de reclamação graciosa	917
CAPÍTULO VII Da cobrança	920
SECCÃO I Disposições gerais	920
SECCÃO II Das garantias da cobrança	921
SECCÃO IV Das formas e meios de pagamento	927
CAPÍTULO VIII Do procedimento de correcção de erros da administração tributária	929
TÍTULO III Do processo judicial tributário	930
CAPÍTULO I Disposições gerais	930
SECCÃO I Da natureza e forma de processo judicial tributário	930
SECCÃO II Das nulidades do processo judicial tributário	932
CAPÍTULO II Do processo de impugnação	933
SECCÃO I Disposições gerais	933
SECCÃO II Da petição	933
SECCÃO III Da contestação	936
SECCÃO IV Do conhecimento inicial do pedido	937
SECCÃO V Da instrução	938
SECCÃO VI Da sentença	940
SECCÃO VII Dos incidentes	941
SECCÃO VIII Da impugnação dos atos de autoliquidação, substituição tributária, pagamentos por conta e dos atos de liquidação com fundamento em classificação pautal, origem ou valor aduaneiro das mercadorias	942
CAPÍTULO III Dos processos de acção cautelar	944
SECCÃO I Disposições gerais	944
SECCÃO II Do arresto	944
SECCÃO III Do arrolamento	945

SECÇÃO IV Da apreensão	946
SECÇÃO V Da impugnação das providências cautelares adoptadas pela administração tributária	946
CAPÍTULO IV Acção para o reconhecimento de um direito ou interesse legítimo em matéria tributária	947
CAPÍTULO V Dos meios processuais acessórios	947
CAPÍTULO VI Da intimação para um comportamento	948
TÍTULO IV Da execução fiscal	949
CAPÍTULO I Disposições gerais	949
SECÇÃO I Do âmbito	949
SECÇÃO II Da competência	950
SECÇÃO III Da legitimidade	951
SUBSECÇÃO I Da legitimidade dos exequentes	951
SUBSECÇÃO II Da legitimidade dos executados	951
SECÇÃO IV Dos títulos executivos	953
SECÇÃO V Das nulidades processuais	954
SECÇÃO VI Dos incidentes e impugnações	954
SECÇÃO VII Da suspensão, interrupção e extinção do processo	955
CAPÍTULO II Do processo	959
SECÇÃO I Disposições gerais	959
SECÇÃO II Da instauração e citação	963
SECÇÃO III Garantias especiais	967
SECÇÃO IV Do pagamento em prestações	967
SECÇÃO V Da dação em pagamento	972
SECÇÃO VI Da opposição	974
SECÇÃO VII Da apreensão de bens	977
SUBSECÇÃO I Do arresto	977
SUBSECÇÃO II Da penhora	977
SUBSECÇÃO III Dos embargos de terceiro	985
SECÇÃO VIII Da convocação dos credores e da verificação dos créditos	986
SECÇÃO IX Da venda dos bens penhorados	988
SECÇÃO X Da extinção da execução	993
SUBSECÇÃO I Da extinção por pagamento coercivo	993
SUBSECÇÃO II Da extinção por pagamento voluntário	995
SUBSECÇÃO III Da declaração em falhas	996
SECÇÃO XI Das reclamações e recursos das decisões do órgão da execução fiscal	997
TÍTULO V Dos recursos dos actos jurisdicionais	998

REGIME GERAL DAS INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Lei nº 15/2001, de 5 de Junho	1003
PARTE I Princípios gerais	1007
CAPÍTULO I Disposições comuns	1007
CAPÍTULO II Disposições aplicáveis aos crimes tributários	1011
CAPÍTULO III Disposições aplicáveis às contra-ordenações	1015
PARTE II Do processo	1019
CAPÍTULO I Processo penal tributário	1019
CAPÍTULO II Processo de contra-ordenação tributária	1024
SECÇÃO I Disposições gerais	1024
SECÇÃO II Processo de aplicação das coimas	1029
SUBSECÇÃO I Da fase administrativa	1029
SUBSECÇÃO II Da fase judicial	1033
PARTE III Das infracções tributárias em especial	1034
TÍTULO I Crimes tributários	1034
CAPÍTULO I Crimes tributários comuns	1034
CAPÍTULO II Crimes aduaneiros	1036
CAPÍTULO III Crimes fiscais	1040
CAPÍTULO IV Crimes contra a segurança social	1042
TÍTULO II Contra-ordenações tributárias	1043
CAPÍTULO I Contra-ordenações aduaneiras	1043
CAPÍTULO II Contra-ordenações fiscais	1048

LEI GERAL TRIBUTÁRIA

Decreto-Lei nº 398/98, de 17 de Dezembro	1057
TÍTULO I Da ordem tributária	1061
CAPÍTULO I Princípios gerais	1061
CAPÍTULO II Normas tributárias	1064
TÍTULO II Da relação jurídica tributária	1065
CAPÍTULO I Sujeitos da relação jurídica tributária	1065
CAPÍTULO II Objecto da relação jurídica tributária	1071
CAPÍTULO III Constituição e alteração da relação jurídica tributária	1073
CAPÍTULO IV Extinção da relação jurídica tributária	1074
SECÇÃO I Pagamento da prestação tributária	1074
SECÇÃO II Caducidade do direito de liquidação	1076
SECÇÃO III Prescrição da prestação tributária	1077
CAPÍTULO V Garantia da prestação tributária	1078
TÍTULO III Do procedimento tributário	1080
CAPÍTULO I Regras gerais	1080
CAPÍTULO II Sujeitos	1084
SECÇÃO I Administração tributária	1084

SECÇÃO II Contribuintes e outros interessados	1094
CAPÍTULO III Do procedimento	1098
SECÇÃO I Início do procedimento	1098
SECÇÃO II Instrução	1099
CAPÍTULO IV Decisão	1101
CAPÍTULO V Procedimentos de avaliação	1103
SECÇÃO I Princípios gerais	1103
SECÇÃO II Avaliação indirecta	1104
SUBSECÇÃO I Pressupostos	1104
SUBSECÇÃO II Critérios	1108
SUBSECÇÃO III Procedimentos	1109
TÍTULO IV Do processo tributário	1112
CAPÍTULO I Acesso à justiça tributária	1112
CAPÍTULO II Formas de processo e processo de execução	1114
REGIME JURÍDICO DA ARBITRAGEM EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	
Decreto-Lei nº 10/2011, de 20 de Janeiro	1117
TÍTULO I Arbitragem tributária	1119
CAPÍTULO I Disposições gerais	1119
SECÇÃO I Pressupostos	1119
SECÇÃO II Tribunais arbitrais	1120
CAPÍTULO II Procedimento arbitral	1122
SECÇÃO I Constituição de tribunal arbitral	1122
SECÇÃO II Efeitos da constituição de tribunal arbitral	1124
CAPÍTULO III Processo arbitral	1125
SECÇÃO I Disposições gerais	1125
SECÇÃO II Decisão arbitral	1127
SECÇÃO III Recurso da decisão arbitral	1129
SECÇÃO IV Impugnação da decisão arbitral	1129
TÍTULO II Disposições finais	1130
COMBATE AO PLANEAMENTO FISCAL ABUSIVO	
Decreto-Lei nº 29/2008, de 25 de Fevereiro	1133
CAPÍTULO I Objecto e âmbito	1135
CAPÍTULO II Deveres	1138
CAPÍTULO III Gestão	1139
CAPÍTULO IV Ilícitos de mera ordenação social	1140
CAPÍTULO V Disposições finais	1141
REGIMES DE TRIBUTAÇÃO PRIVILEGIADA	
Portaria nº 150/2004, de 13 de Fevereiro	1143

**REGIME COMPLEMENTAR DO PROCEDIMENTO DE INSPECÇÃO
TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA**

Decreto-Lei nº 413/98, de 31 de Dezembro	1147
PARTE I Procedimento de inspecção tributária	1149
TÍTULO I Princípios e disposições gerais	1149
CAPÍTULO I Objecto e âmbito	1149
CAPÍTULO II Princípios do procedimento de inspecção tributária	1151
CAPÍTULO III Classificações do procedimento de inspecção tributária	1152
TÍTULO II Competência e garantias de imparcialidade	1154
CAPÍTULO I Competência	1154
CAPÍTULO II Garantias de imparcialidade	1155
TÍTULO III Planeamento e selecção	1156
CAPÍTULO I Planeamento	1156
CAPÍTULO II Selecção	1157
TÍTULO IV Actos de inspecção	1158
CAPÍTULO I Garantias do exercício da função inspectiva	1158
CAPÍTULO II Local, horário dos actos de inspecção e prazo do procedimento	1162
CAPÍTULO III Notificações e informações	1164
PARTE II Marcha do procedimento de inspecção	1166
TÍTULO I Início do procedimento de inspecção	1166
CAPÍTULO I Preparação, programação e planeamento	1166
CAPÍTULO II Cooperação e notificação para início do procedimento	1168
TÍTULO II Actos do procedimento de inspecção	1169
TÍTULO III Conclusão e efeitos do procedimento de inspecção	1172
CAPÍTULO I Conclusão do procedimento de inspecção	1172
CAPÍTULO II Efeitos do procedimento de inspecção	1175

SUMÁRIO

TRIBUTAÇÃO DO RENDIMENTO

CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

Decreto-Lei nº 442-A/88, de 30 de Novembro 9

TABELA DE ATIVIDADES EXERCIDAS PELOS SUJEITOS PASSIVOS DO IRS

Portaria nº 1011/2001, de 21 de Agosto 149

CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS

Decreto-Lei nº 442-B/88, de 30 de Novembro 153

REGIME DAS DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES PARA EFEITOS DE IRC

Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de Setembro 319

TRIBUTAÇÃO DO CONSUMO

CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO

Decreto-Lei nº 394-B/84, de 26 de Dezembro 345

REGIME DO IVA NAS TRANSAÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS

Decreto-Lei nº 290/92, de 28 de Dezembro 443

CÓDIGO DOS IMPOSTOS ESPECIAIS DE CONSUMO Decreto-Lei nº 73/2010, de 21 de Junho	471
TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÓNIO	
REFORMA DA TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÓNIO Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro	549
CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS	565
CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS	629
CÓDIGO DO IMPOSTO DO SELO Lei nº 150/99, de 11 de Setembro	661
REFORMA DA TRIBUTAÇÃO AUTOMÓVEL Lei nº 22-A/2007, de 29 de Junho	707
CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS	711
CÓDIGO DO IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	755
Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro Artigo 216º Adicional em sede de imposto único de circulação	769
BENEFÍCIOS FISCAIS	
ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS Decreto-Lei nº 215/89, de 1 de Julho	773
CÓDIGO FISCAL DO INVESTIMENTO Decreto-Lei nº 162/2014, de 31 de Outubro	855
PROCEDIMENTO E PROCESSO TRIBUTÁRIO	
CÓDIGO DE PROCEDIMENTO E DE PROCESSO TRIBUTÁRIO Decreto-Lei nº 433/99, de 26 de Outubro	887

REGIME GERAL DAS INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS Lei nº 15/2001, de 5 de Junho	1003
LEI GERAL TRIBUTÁRIA Decreto-Lei nº 398/98, de 17 de Dezembro	1057
REGIME JURÍDICO DA ARBITRAGEM EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA Decreto-Lei nº 10/2011, de 20 de Janeiro	1117
COMBATE AO PLANEAMENTO FISCAL ABUSIVO Decreto-Lei nº 29/2008, de 25 de Fevereiro	1133
REGIMES DE TRIBUTAÇÃO PRIVILEGIADA Portaria nº 150/2004, de 13 de Fevereiro	1143
REGIME COMPLEMENTAR DO PROCEDIMENTO DE INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA Decreto-Lei nº 413/98, de 31 de Dezembro	1147
ÍNDICE ANALÍTICO DO CIRS E CIRC	1177
ÍNDICE ANALÍTICO DO CIVA, RITI E CIEC	1187
ÍNDICE ANALÍTICO DO CIMI, CIMT E CIS	1197
ÍNDICE ANALÍTICO DO EBF	1207
ÍNDICE ANALÍTICO DO CPPT, RGIT E LGT	1211
ÍNDICE-SUMÁRIO	1223
SUMÁRIO	1237

BDJUR

BASE DE DADOS JURÍDICA

LEGISLAÇÃO CÓDIGOS JURISPRUDÊNCIA FORMULÁRIOS EUR-LEX DICIONÁRIO FÓRUM JURÍDICO

bdjur.almedina.net

QUANTO TEMPO JÁ PERDEU A ATUALIZAR A SUA LEGISLAÇÃO?

Na BDJUR procedemos diariamente à atualização de conteúdos, trabalhando de forma sistemática a legislação publicada no Diário da República, disponibilizando códigos, legislação complementar, coletâneas temáticas, decisões jurisprudenciais de tribunais superiores e outras ferramentas práticas para o seu dia-a-dia, como as nossas minutas de autor.

PARA MAIS INFORMAÇÕES

assinaturas@bdjur.almedina.net

213 190 243

916 141 786